

***Concessionária da Linha 4 do  
Metrô de São Paulo S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2013 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Discorre também, sobre o trabalho que a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a ViaQuatro continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco do usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez da sua linha de metrô.

Em novembro de 2013 a ViaQuatro obteve a aprovação da auditoria de manutenção da ISO 9001:2008.

### 1. Desempenho Econômico-Financeiro

Receitas (em milhares de Reais)

<b>Tipos</b>	<b><u>2013</u></b>	<b><u>2012</u></b>
Receita tarifária	339.980	265.950
Receita acessória	22.035	10.776
Receita de contrato de construção	20.418	17.540
Receita contraprestação pecuniária	733	1.260
Outras receitas	145	71

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação do IGP-M (50%) e do IPC (50 %) em fevereiro de cada ano.

### 2. Riscos de Mercado

A nossa exposição a taxas de juros flutuantes está principalmente relacionada a variações de:

Risco de taxa de juros

- CDI, relativo a empréstimos locais em reais (*Hedge/Swap*);
- *Libor* relativo a financiamentos em dólar;
- A taxa de juros nas aplicações que realizamos é o CDI.

Risco de taxa de câmbio

- Dólar, relativo aos investimentos e financiamentos;
- Euro, relativo aos investimentos do saldo remanescente da Fase I, por retenções de “eventos de pagamentos - milestones”.

Para minimizar os riscos cambiais a Companhia realiza a contratação de *hedge* para a proteção de seu endividamento em moeda estrangeira relativo ao financiamento cobrindo os próximos dois anos do serviço da dívida.

### 3. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013 tínhamos respectivamente 673 e 705 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

<b>Categoria</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Administração</b>	204	219
<b>Operação</b>	469	486
<b>Turn-Over (%)</b>	1,12	1,4

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Nunca houve greve e nenhuma paralisação das atividades na ViaQuatro. O reajuste salarial para o período 2012/2013 foi de 5,5%. O salário normativo da categoria é de R\$1.270,50.

Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev. PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

### 4. Redução de Acidentes

A ViaQuatro demonstrando sua preocupação com o bem estar dos colaboradores, adota diversas medidas preventivas direcionadas à saúde e segurança do colaborador, focando:

- Preenchimento de check-list periódicos das condições de segurança nos postos de trabalho e indicação das ações preventivas e corretivas, bem como os Planos de Ação;
- Sinalização de segurança em todos os postos de trabalhos e áreas comuns: sinalização de trânsito, marcações nas áreas hidrante e extintor, distribuição de mapas de riscos ambientais, placas diversas de orientação que balizam e informam dos riscos;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual - EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) para as diversas atividades: luvas, capacete, cinto de segurança, óculos, calçado de proteção, entre outros, de acordo com o tipo de atividade a ser realizada, conforme matriz de EPI por função;
- Realização antecipada e periódica de exames médicos;
- Registro e controle dos acidentes de trabalho;
- Implantação de programas de prevenção de acidentes;
- Atuação da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, visando a utilização de EPI's e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva), determinação de áreas de acesso restrito e suas implicações em termos de medidas de segurança adicionais, campanhas de alerta aos trabalhadores sobre riscos inerentes a determinado tipo de atividade, etc.;

- Como prática, as atividades de manutenção, são realizadas com base em Instruções Técnicas de Segurança e Procedimentos Técnicos vigentes, sendo que para atividades envolvendo sistemas elétricos, é prevista a desenergização dos respectivos sistemas para realização das atividades de manutenção;
- Os Colaboradores são habilitados pelo curso de NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) para serviços de manutenção em sistemas de baixa, média e alta tensão;
- Aplicação do DSMS - Diálogo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, levando ao conhecimento dos colaboradores diversos temas tratando sobre a prevenção e no desenvolvimento de uma cultura prevencionista na empresa.

## **5. Política Ambiental**

A ViaQuatro em atendimento as legislações vigentes aplicáveis, elaborou o “Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos” que estabelece os procedimentos para controle e monitoramento dos resíduos gerados nas atividades, com o objetivo de assegurar que os resíduos são gerenciados de forma apropriada e segura, desde a geração até a destinação final.

O programa de Educação Ambiental e de Sustentabilidade visa garantir maior conscientização dos trabalhadores com as questões ambientais decorrentes das atividades de operação, principalmente com relação à necessidade de racionalização do consumo de recursos naturais.

## **6. Ações Sociais**

Em 2013, a ViaQuatro, dentro da sua estratégia de apoio aos programas sociais, patrocinou 5 (cinco) projetos incentivados através de: lei Rounet (buZun! e pintura solidária), lei de incentivo ao esporte (Na corrida para o futuro) e fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente (CampOeste - Centro automotivo e defesa do bem).

## **7. Agradecimentos**

A ViaQuatro agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

## **8. Considerações finais**

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

**A Administração.**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

*Davi*  
José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC nº 1 SP 109447/O-6

# CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

## Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012		Nota	2013	2012
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	6	135.613	176.270	Financiamentos e arrendamento mercantil	15	93.407	81.565
Contas a receber	7	1.661	14.353	Fornecedores	17	26.231	24.854
Contas a receber - partes relacionadas	11	206	112	Mútuos - partes relacionadas	11	-	112.461
Despesas antecipadas		1.967	2.917	Fornecedores - partes relacionadas	11	95	322
Contas a receber com operação de derivativos	21	14.242	1.116	Obrigações sociais e trabalhistas		15.959	16.118
Estoques		9.735	6.027	Impostos e contribuições a recolher		1.105	4.591
Outros créditos		532	1.557	Outras contas a pagar		3.460	1.821
Total do ativo circulante		163.956	202.352	Total do passivo circulante		140.257	241.732
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Financiamentos e arrendamento mercantil	15	533.379	538.407
Impostos a recuperar	8	25.593	1.595	Impostos diferidos	9b	11.263	-
Impostos diferidos	9b	-	21.029	Outras contas a pagar		8.300	9.500
Contas a receber com operações de derivativos	21	11.040	8.289	Contas a pagar com operações de derivativos	21	1.364	-
Depósitos judiciais	10	21.705	4.697	Total do passivo não circulante		554.306	547.907
Outros créditos		47	-				
		58.385	35.610	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Imobilizado</b>	12	19.562	21.581	Capital social	18a	140.385	140.385
<b>Intangível</b>	13	600.568	602.585	Reservas de lucro	18b/c	15.650	-
<b>Ativo diferido</b>	14	13.002	21.670	Dividendo adicional proposto		4.875	-
Total do ativo não circulante				Prejuízos acumulados		-	(46.226)
		691.517	681.446	Total do patrimônio líquido		160.910	94.159
Total do ativo		855.473	883.798	Total do passivo e patrimônio líquido		855.473	883.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

## Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2013	2012
<b>Receita operacional líquida</b>	19	372.771	277.268
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Custo com pessoal		(51.952)	(45.516)
Custo de construção		(20.417)	(17.540)
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	(35.102)	(29.197)
Energia elétrica		(13.692)	(16.284)
Serviços		(13.729)	(9.650)
Materias consumidos de estoque		(3.239)	(2.487)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.057)	(794)
Outros		(2.302)	(3.133)
		<u>(141.490)</u>	<u>(124.601)</u>
<b>Lucro bruto</b>		231.281	152.667
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal		(18.903)	(17.927)
Serviços		(15.536)	(14.694)
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	(3.272)	(2.854)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.057)	(956)
IPTU		(1.543)	-
Seguro da infraestrutura		(3.095)	(3.111)
Outros		(3.372)	(1.376)
		<u>(46.778)</u>	<u>(40.918)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		184.503	111.749
<b>Despesas financeiras</b>	20	(204.834)	(169.060)
<b>Receitas financeiras</b>	20	120.798	107.709
		<u>100.467</u>	<u>50.398</u>
<b>Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		100.467	50.398
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9a	(1.424)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	(32.292)	(18.525)
		<u>66.751</u>	<u>31.873</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		66.751	31.873
<b>Lucro líquido por ação (em reais - R\$)</b>		<u>0,4462</u>	<u>0,2130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	66.751	31.873
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>66.751</u></u>	<u><u>31.873</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Especial Dividendos	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	18a	149.607	(9.222)	-	-	-	(78.099)	62.286
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	31.873	31.873
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		149.607	(9.222)	-	-	-	(46.226)	94.159
Lucro líquido do exercício		-	-				66.751	66.751
Destinações								
Reserva legal	18b	-	-	1.026	-	-	(1.026)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18d	-	-	-	4.875	-	(4.875)	-
Reserva de retenção de lucros	18c	-	-	-	-	14.624	(14.624)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<u>149.607</u>	<u>(9.222)</u>	<u>1.026</u>	<u>4.875</u>	<u>14.624</u>	<u>-</u>	<u>160.910</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	66.751	31.873
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.292	18.525
Depreciação e amortização	38.374	32.051
Baixa do ativo imobilizado e intangível	40	21
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38	4
Variação cambial sobre financiamentos e derivativos	79.408	55.117
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	21.862	20.253
Resultado de operação com derivativos	(12.801)	(9.245)
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	3.872	9.958
Capitalização de custos de empréstimos	(3.086)	(8.770)
	<b>159.999</b>	<b>117.914</b>
 Variações nos ativos e passivos:		
<b>Aumento (redução) dos ativos:</b>		
Contas a receber	12.654	15.639
Contas a receber - partes relacionadas	(94)	(112)
Impostos a recuperar	(23.998)	5.762
Despesas antecipadas	950	(863)
Outros créditos	978	(198)
Estoques	(3.708)	(3.615)
Depósitos judiciais	(17.008)	(4.697)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(586)	(1.609)
Fornecedores - partes relacionadas	(227)	(1.699)
Obrigações sociais e trabalhistas	(159)	4.195
Impostos e contribuições a recolher	18.870	(1.071)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(22.356)	-
Outras contas a pagar	439	7.250
	<b>192.505</b>	<b>168.769</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>192.505</b>	<b>168.769</b>
 <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.880)	(7.243)
Adição de ativo intangível	(14.710)	(3.955)
Adiantamento para adição de intangível	(2.071)	(520)
	<b>(20.661)</b>	<b>(11.718)</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(20.661)</b>	<b>(11.718)</b>
 <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Liquidação da operação com derivativos	3.375	(724)
Pagamento de mútuos - partes relacionadas	(116.333)	-
Financiamentos e arrendamento mercantil		
Captações	-	126
Pagamentos de principal	(82.629)	(243)
Pagamentos de juros	(16.914)	(15.204)
	<b>(212.501)</b>	<b>(16.045)</b>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(212.501)</b>	<b>(16.045)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(40.657)</b>	<b>141.006</b>
 <b>Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	176.270	35.264
No final do exercício	135.613	176.270
	<b>(40.657)</b>	<b>141.006</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

## 1. Contexto Operacional

### a) Constituição e objeto

A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (“Companhia”), com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 km na Fase I, totalizando 16,25 km na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando à aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato é de 32 anos, contados à partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada até o máximo de 35 anos, assegurando o prazo de exploração da operação de 30 anos, contados à partir do início da operação da Fase I. A Concessionária poderá explorar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1º aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2º aditamento em 29 de maio de 2008, o 3º aditamento em 18 de junho de 2010 e o 4º aditamento em 25 de março de 2011.

O plano original de operações foi dividido em três fases:

- **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. Durante essa fase o Poder Concedente poderá implantar uma, e somente uma, estação adicional dentre as seguintes: Fradique Coutinho, Oscar Freire ou Higienópolis. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, em 21 de junho de 2010.
- **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas: Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. O início das operações da Fase II está previsto para o segundo semestre de 2014.
- **Fase III** - Operação sobre trilhos do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão.

- **MOU (Memorando de Entendimento)** - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes aditaram determinadas cláusulas do Contrato de Fornecimento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfaseamento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã e Pinheiros; e (c) Subfase 1.3 - estações Faria Lima, Paulista, Butantã, Pinheiros, República e Luz. Como consequência dos trabalhos adicionais a serem executados, tal memorando de entendimento previu um acréscimo no valor global do Contrato de Fornecimento de aproximadamente US\$ 40 milhões, a serem pagos conforme cumprimento das obrigações contratuais.

## **b) Outras informações**

- (i) Processo nº 05306107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 17 de março de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metrô e outros, visando a anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013 o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do Contrato de Concessão no pólo passivo da ação. Contra essa decisão foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade.

- (ii) Processo nº 0532006117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metrô e outros, visando a anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 29 de outubro de 2009 foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 05306107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item “i” acima).

## **2. Principais práticas contábeis**

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**a) Moeda estrangeira**

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

**b) Apuração do resultado**

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

**c) Receitas de serviços**

A receita operacional é reconhecida quando da utilização do passageiro nas estações da Linha 4 Amarela do Estado de São Paulo.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 691/12, correlacionada ao CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

**d) Instrumentos financeiros**

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Capital social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

#### Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto, e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

#### *e) Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

#### *f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida*

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

**g) Ativo imobilizado**

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Não houve alteração das vidas úteis estimadas nos exercícios apresentados.

***h) Ativos intangíveis***

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “q”.

***i) Ativo diferido - gastos pré-operacionais***

O ativo diferido refere-se as despesas pré-operacionais que são amortizadas linearmente pelo período de cinco anos.

Desde 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09.

***j) Ativos arrendados***

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 16.

**k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

***l) Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

***m) Receitas e despesas financeiras***

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

***n) Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

***o) Benefícios a empregados***

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**p) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente: tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

**q) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)***

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

**r) *Novos pronunciamentos e interpretações***

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornece aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

(a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013;

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

#### *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente.

#### *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

#### *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

#### **Nota**

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- 9b Impostos diferidos
- 12 Depreciação do ativo imobilizado
- 13 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Classificação de arrendamento mercantil
- 21 Instrumentos financeiros

Em 19 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

#### **4. Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se a contratos de *Swaps* de moeda e opções de compra de Libor, que visam a proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

#### Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se ao fluxo de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&F e Bloomberg) adicionadas de cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

#### Opções de compra de Libor com teto (cap)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de *Black Scholes* para precificação de opções de taxas de juros.

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### a) **Risco de crédito**

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

**b) Risco de taxas de juros e inflação**

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigador desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam a receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da London Interbank Offered Rate (*Libor*) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 15.

As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor).

**c) Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

**d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previsto em contratos de empréstimos e financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 4 anos</b>	<b>Acima de 4 anos</b>
Financiamentos	96.959	90.398	90.398	90.398	272.298

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	3.661	2.013
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>131.952</u>	<u>174.257</u>
	<u>135.613</u>	<u>176.270</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99% do CDI, equivalente a 7,94% ao ano (8,22% ao ano, em média em 31 de dezembro de 2012).

## 7. Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tarifária	317	2.912
Contraprestação pecuniária	-	9.780
Publicidade	<u>1.386</u>	<u>1.665</u>
	1.703	14.357
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	<u>(42)</u>	<u>(4)</u>
	<u>1.661</u>	<u>14.353</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Crédito a vencer	1.455	3.890
Créditos vencidos até 60 dias	206	10.456
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	7
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	<u>42</u>	<u>4</u>
	<u>1.703</u>	<u>14.357</u>

(a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

## 8. Impostos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Não Circulante</b>		
IRPJ e CSLL	25.347	-
IRRF	134	1.485
Outros	<u>112</u>	<u>110</u>
	<u>25.593</u>	<u>1.595</u>

## 9. Imposto de renda e contribuição social

### a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.467	50.398
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(34.159)	(17.135)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	624	(1.263)
Despesas com brindes e associações de classe	(47)	(71)
Outros ajustes tributários	40	(56)
Despesas indedutíveis	(208)	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	34	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(33.716)</u>	<u>(18.525)</u>
Impostos correntes	(1.424)	-
Impostos diferidos	(32.292)	(18.525)
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Bases ativas</b>		
Variação cambial (a)	-	34.941
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	43.549	44.197
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	9.947	10.500
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei nº. 11.638/07	3.898	6.497
Perdas em operações com derivativos	3.357	2.292
Custo de transação na emissão de títulos	2.217	1.273
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.721	888
Depreciação juros capitalizados	143	114
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	14	1
Outros	12	12
	<u>64.858</u>	<u>100.715</u>
<b>Bases passivas</b>		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (c)	(59.157)	(40.837)
Ganho em operações com derivativos	(10.572)	(3.172)
Custo dos empréstimos capitalizados (d)	(6.156)	(7.343)
Variação cambial (a)	-	(26.316)
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(231)	-
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos - Lei nº. 11.638/07	-	(1.955)
Outros	(5)	(63)
	<u>(76.121)</u>	<u>(79.686)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(11.263)</u>	<u>21.029</u>

- (a) A Companhia optou pelo tratamento fiscal das variações cambiais através do regime de competência, nos moldes dispostos pelo §1º do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 a partir de 2014, por esse motivo, os efeitos

fiscais das variações cambiais suspensas em anos anteriores foram deduzidos da apuração em dezembro de 2013, conforme determina os procedimentos do artigo 6º da IN RFB nº 1.079/10.

- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2014	24.604
2015	8.884
2016	5.485
2017	<u>4.576</u>
	<u>43.549</u>

- (c) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de equipamentos qualificados como melhorias nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.
- (d) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação e amortização oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos da Lei nº 11.638/07.

## 10. Depósito judicial - ISS

Em 4 de setembro de 2012 a Companhia ingressou com mandado de segurança preventivo com pedido de depósito judicial para assegurar o direito de não ser compelida a recolher, em favor da Municipalidade de São Paulo, o ISSQN em razão das prestações de serviços de transporte decorrentes do Contrato de Concessão firmado com o Estado de São Paulo, consistente na exploração da operação dos serviços de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. A Companhia mensalmente efetua o depósito do valor em discussão, sendo que até a presente data foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$21.705 (R\$4.697 em 31 de dezembro de 2012). No mérito, referida ação judicial está vinculada à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0304416-55.2011.8.26.0000 (“ADI”), ajuizada pelo Governo do Estado de São Paulo contra a Municipalidade de São Paulo no TJ/SP, a qual foi julgada procedente pelo Órgão Especial do TJ/SP no sentido de se reconhecer a não incidência do ISSQN sobre tais prestações de serviços. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Prefeitura no âmbito da ADI junto ao STF. A Administração da Companhia entende que a probabilidade de perda do processo é remota.

## 11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2013					
	Transações			Saldos		
	Despesas financeiras	Serviços prestados	Receitas	Ativo	Passivo	
Contas a receber				Fornecedores, contas a pagar	Mútuos	
<b>Controladoras</b>						
CCR S.A. (a) (b)	2.323	3.297	-	-	2	-
Montgomery Participações S.A.(a)	672	-	-	-	-	-
MRC Equip. Ferroviários Brasil (a)	190	-	-	-	-	-
MRC Serv. Ferroviários América Latina (a)	687	-	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>						
CPC (b) (d)	-	2.737	-	38	-	-
SAMM (c)	-	-	145	56	10	-
Barcas (d)	-	-	-	38	-	-
ViaOeste (d)	-	-	-	-	2	-
Metro Bahia (d)	-	-	-	74	81	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2013				206	95	-
Total, 31 de dezembro de 2013	3.872	6.034	145	206	95	-
Total, 31 de dezembro de 2012	9.958	5.757	71	112	322	112.461

### Despesas com profissionais chaves da administração:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.908	1.754
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	305	1.271
Previdência privada	159	160
Seguro de vida	8	8
	<u>2.380</u>	<u>3.193</u>

Na AGO realizada em 23 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$3.500, a qual não inclui os encargos sociais.

### Saldo a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração dos administradores (e)	1.162	1.529

(a) Refere-se a juros sobre Contratos de mútuo entre a ViaQuatro e suas acionistas, remunerados à variação acumulada de 109% do CDI, os quais foram liquidados em 12 de junho de 2013 sendo R\$95.000 de principal e R\$21.333 de juros.

(b) Prestação de serviços administrativos.

(c) Ocupação e utilização mediante remuneração, para fins de instalação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura de telecomunicações.

- (d) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.
- (e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração.

## 12. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	3.870	(1.147)	2.723	3.224	(754)	2.470
Máquinas e equipamentos	19	11.772	(4.818)	6.954	9.181	(2.837)	6.344
Veículos	21	1.879	(612)	1.267	1.550	(365)	1.185
Instalações e edificações	19	149	(114)	35	150	(104)	46
Sistemas operacionais	20	8.882	(2.187)	6.695	6.892	(651)	6.241
Imobilizações em andamento	-	1.888	-	1.888	5.295	-	5.295
		<u>28.440</u>	<u>(8.878)</u>	<u>19.562</u>	<u>26.292</u>	<u>(4.711)</u>	<u>21.581</u>

### Movimentação do custo

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.224	-	(24)	670	3.870
Máquinas e equipamentos	9.181	-	(51)	2.642	11.772
Veículos	1.550	1	-	328	1.879
Instalações e edificações	150	-	-	(1)	149
Sistemas operacionais	6.892	-	(1)	1.991	8.882
Imobilizações em andamento	5.295	3.897	(1)	(7.303)	1.888
	<u>26.292</u>	<u>3.898</u>	<u>(77)</u>	<u>(1.673)</u>	<u>28.440</u>

  

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.741	1	(2)	484	3.224
Máquinas e equipamentos	6.602	4	(23)	2.598	9.181
Veículos	1.046	-	-	504	1.550
Instalações e edificações	102	-	-	48	150
Sistemas operacionais	7	-	-	6.885	6.892
Imobilizações em andamento	35	7.246	-	(1.986)	5.295
	<u>10.533</u>	<u>7.251</u>	<u>(25)</u>	<u>8.533</u>	<u>26.292</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$18 em 2013 (R\$8 em 2012). A taxa média anual de capitalização em 2013 foi de 1,18% a.a. (custo dos empréstimos divididos pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos) e 2,52% a.a. em 2012.

### Movimentação da depreciação

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(754)	(399)	6	(1.147)
Máquinas e equipamentos	(2.837)	(2.012)	31	(4.818)
Veículos	(365)	(247)	-	(612)
Instalações e edificações	(104)	(10)	-	(114)
Sistemas operacionais	(651)	(1.536)	-	(2.187)
	<u>(4.711)</u>	<u>(4.204)</u>	<u>37</u>	<u>(8.878)</u>

  

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(463)	(292)	1	(754)
Máquinas e equipamentos	(1.391)	(1.449)	3	(2.837)
Veículos	(180)	(185)	-	(365)
Instalações e edificações	(91)	(13)	-	(104)
Sistemas operacionais	-	(651)	-	(651)
	<u>(2.125)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>4</u>	<u>(4.711)</u>

### 13. Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	2013			2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	596.827	(37.956)	558.871	580.794	(19.838)	560.956
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	56.954	(15.412)	41.542	47.617	(8.028)	39.589
Adiantamento a fornecedores adições de intangível	-	155	-	155	2.040	-	2.040
		<u>653.936</u>	<u>(53.368)</u>	<u>600.568</u>	<u>630.451</u>	<u>(27.866)</u>	<u>602.585</u>

(b) Amortização pela curva do benefício econômico no período de concessão.

### Movimentação do custo

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (c)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	580.794	17.718	(1.685)	596.827
Direitos de uso de sistemas informatizados	47.617	2.023	7.314	56.954
Adiantamento a fornecedores adições de intangível	2.040	2.071	(3.956)	155
	<u>630.451</u>	<u>21.812</u>	<u>1.673</u>	<u>653.936</u>

  

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (c)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	608.106	5.083	(32.395)	580.794
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.069	-	37.548	47.617
Adiantamento a fornecedores adições de intangível	15.206	520	(13.686)	2.040
	<u>633.381</u>	<u>5.603</u>	<u>(8.533)</u>	<u>630.451</u>

(a) Do saldo de R\$596.827 em 31 de dezembro de 2013, R\$2.590 referem-se a intangíveis em andamento, substancialmente a equipamentos de material rodante e sistemas em fase de instalação.

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

### Movimentação da amortização

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	(19.838)	(18.118)	(37.956)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(8.028)	(7.384)	(15.412)	
	<u>(27.866)</u>	<u>(25.502)</u>	<u>(53.368)</u>	
	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	(4.347)	(15.491)	(19.838)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.726)	(5.302)	(8.028)	
	<u>(7.073)</u>	<u>(20.793)</u>	<u>(27.866)</u>	

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$3.068 em 2013 (R\$8.762 em 2012). A taxa média anual de capitalização em 2013 foi de 1,18% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos) e 2,52% a.a. em 2012.

### 14. Ativo diferido

	2013			2012
	Custo	Amortização (a)	Líquido	Líquido
<b>Gastos pré-operacionais</b>				
Despesas com variações monetárias e cambiais	20.642	(14.450)	6.192	10.321
Serviços de terceiros	10.575	(7.403)	3.172	5.288
Serviços de modelagem financeira	10.516	(7.361)	3.155	5.258
Custos e despesas com pessoal	9.782	(6.847)	2.935	4.891
Despesas financeiras	8.596	(6.017)	2.579	4.298
Gastos gerais	1.846	(1.292)	554	923
Impostos sobre receitas financeiras	278	(195)	83	139
Materiais, equipamentos e veículos	291	(204)	87	145
Depreciação e amortização	157	(109)	48	79
Receitas financeiras	(19.344)	13.541	(5.803)	(9.672)
	<u>43.339</u>	<u>(30.337)</u>	<u>13.002</u>	<u>21.670</u>

(a) A amortização do ativo diferido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$8.668 (R\$8.668 em 31 de dezembro de 2012).

## 15. Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Em moeda nacional</u>							
Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	-	108 (c)
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Junho de 2014	36	102 (c)
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Dezembro de 2014	48	90 (c)
Subtotal em moeda nacional						84	300
<u>Em moeda estrangeira</u>							
BID - A Loan	US\$ + LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a.	4,2287 (a) (b)	6.755	(3.552)	Fevereiro de 2023	144.702	138.846 (d)
BID - B Loan	US\$ + LIBOR + 1,9% a 2,5% a.a.	3,7516% (a) (b)	23.950	(10.113)	Fevereiro de 2020	482.000	480.826 (d)
Subtotal em moeda estrangeira						(13.665)	
						626.702	619.672
						626.786	619.972
						<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						96.959	85.576
Custos de transação						(3.552)	(4.011)
						93.407	81.565
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						543.492	553.040
Custos de transação						(10.113)	(14.633)
						533.379	538.407

- (a) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime - Base Alternativa de Taxa, conforme previsão contratual.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos título e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Essas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

### Garantias:

- (c) Bens financiados.
- (d) Alienação das ações da Companhia, cessão das contas bancárias e da indenização e suporte dos acionistas controladores para determinados eventos.

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2013</u>
2015	90.398
2016	90.398
2017	90.398
2018	90.398
Após 2018	181.900
	<u>543.492</u>

Em 7 de outubro de 2008, foi contratado financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

Financiamento BID A (fase I): Possui valor de US\$ 69.200 mil e prazo total de 15 anos;

Financiamento BID A (fase II): Possui valor de US\$ 59.500 mil. O prazo e o custo serão equivalentes às condições de mercado no momento da fase II;

Financiamento BID B (somente fase I): Possui valor de US\$ 240.000 mil e prazo total de 12 anos.

De acordo com as condições estipuladas no contrato de financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa (*ABR Prime*) em substituição a *Libor* quando:

- Em razão de circunstâncias que afetem o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a *Libor* na data de apuração da taxa de juros em questão;
- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a *Libor* não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

Os montantes foram creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Companhia;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da Concessionária, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento;
- Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R\$2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos);
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$7.500;

- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após último desembolso do financiamento da Fase I do Projeto;
- Manter em conta reserva o equivalente a 3 (três) meses do custo de operação e manutenção projetadas ou obter carta de fiança;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;
- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a obtenção do Certificado de Conclusão da Fase I do Projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.
- As adições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

#### 16. Arrendamento mercantil - financeiro

A companhia possui ativos num montante de R\$701 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	20	701	(334)	367	701	(194)	507
		<u>701</u>	<u>(334)</u>	<u>367</u>	<u>701</u>	<u>(194)</u>	<u>507</u>

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2013	
	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	88	50

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil, financeiro os montantes de R\$13 (R\$31 em 31 de dezembro de 2012) relativos a despesas financeiras e R\$81 (R\$62 em 31 de dezembro de 2012) relativos a despesas de depreciação.

## 17. Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	21.351	22.673
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b)	4.796	2.093
Cauções e retenções contratuais	<u>84</u>	<u>88</u>
	<u>26.231</u>	<u>24.854</u>

- (a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepsa e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e pátio, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas.
- (b) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação.

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia é composto de R\$149.607.142 ações nominativas, sem valor nominal, dos quais R\$9.222 ainda não foram integralizados, sendo 74.803.571 ações ordinárias e preferenciais.

### b) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo CAD, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2014.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

### d) Reserva especial para dividendo

A Companhia deverá constituir essa reserva de lucros quando tiver dividendo mínimo obrigatório a distribuir, mas sem condição financeiras para seu pagamento, situação em que se utilizará dos previstos nos § 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, o qual será submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

**19. Receitas**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita tarifária	339.980	265.950
Receitas acessórias	22.035	10.776
Receita de contrato de construção	20.418	17.540
Receita de contraprestação pecuniária	733	1.260
Outras receitas	145	71
<b>Receita bruta</b>	<u>383.311</u>	<u>295.597</u>
Impostos sobre receitas	<u>(10.540)</u>	<u>(18.329)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u><u>372.771</u></u>	<u><u>277.268</u></u>

**20. Resultado financeiro**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação cambial sobre financiamentos	(155.194)	(129.392)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	(21.862)	(20.253)
Perda com operações de derivativos	(16.805)	(4.156)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(3.872)	(9.958)
Variação cambial sobre derivativos	(4.254)	(10.385)
Variação cambial fornecedores	(3.474)	(2.209)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.867)	(1.141)
IOF	(536)	(294)
Juros e multas	(56)	(42)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.086	8.770
	<u>(204.834)</u>	<u>(169.060)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variação cambial sobre financiamentos	70.699	77.543
Ganho com operações de derivativos	29.606	13.401
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.424	7.556
Variação cambial sobre derivativos	9.341	7.118
Variação cambial fornecedores	642	1.745
Juros sobre impostos a recuperar	71	308
Juros e outras receitas financeiras	15	38
	<u>120.798</u>	<u>107.709</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(84.036)</u>	<u>(61.351)</u>

**21. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando

assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

### Instrumentos financeiros por categoria

	2013			2012		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	131.952	-	-	174.257	-	-
Contas a receber	-	1.661	-	-	14.353	-
Contas a receber com operações de derivativos	25.282	-	-	9.405	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	206	-	-	112	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	-	(626.702)	-	-	(619.672)
Arrendamento mercantil	-	-	(84)	-	-	(300)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(37.991)	-	-	(36.175)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	-	(112.461)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	(1.364)	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(95)	-	-	(322)
<b>Total</b>	<b>157.234</b>	<b>1.867</b>	<b>(666.236)</b>	<b>183.662</b>	<b>14.465</b>	<b>(768.930)</b>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

- **Financiamentos** - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à *Libor*. Conforme descrito na nota explicativa nº15, esses financiamentos são relativos a operações de “*Project Finance*”.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicações financeiras	131.952	174.257
Derivativos	23.918	9.405

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da *Libor* e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

A Companhia, visando cumprir as exigências de seu contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 15 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da *Libor* com teto de 4,5% a.a. para todo o fluxo de juros de seu financiamento, como também, operações de S swap para proteger os fluxos de caixa do endividamento em moeda estrangeira para os próximos dois anos.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia:

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (4)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado		
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber		Valores a pagar		Efeito acumulado		
				2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
<b>OPÇÕES DE COMPRA</b>																		
Posição ativa	Vários (1)	20/07/2009	15/02/2023 (2)	Libor	270.593	289.886	633.891	592.383	4.862	2.524	-	-	4.862	2.524	-	-	2.338	(2.278)
Posição passiva				Libor c/ "Cap" 4,5% a.a.														
<b>SWAP</b>																		
Posição ativa	Bradesco	14/02/2012	17/02/2014 (3)	USD	23.621	23.621	55.335	48.267	55.260	47.534	-	-	10.253	5.756	-	-	4.497	5.757
Posição passiva				73,6 % do CDI					(45.007)	(41.778)								
Posição ativa	Bradesco	14/08/2012	14/08/2014 (3)	USD	22.791	22.791	53.390	46.279	52.818	45.491	-	9	3.989	9	-	-	3.980	9
Posição passiva				70,55 % do CDI					(48.829)	(45.482)								
Posição ativa	Bradesco	14/02/2013	18/02/2015 (3)	USD	23.052	-	54.002	-	52.786	-	-	-	6.178	-	-	-	6.178	-
Posição passiva				79,50 % do CDI					(46.608)	-								
Posição ativa	BTG Pactual	14/08/2013	17/08/2015 (3)	USD	22.900	-	53.646	-	51.853	-	-	-	-	-	1.364	-	(1.364)	-
Posição passiva				85,35 % do CDI					(53.217)	-								
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2013</b>					<u>850.263</u>	<u>686.929</u>	<u>686.929</u>	<u>686.929</u>	<u>23.918</u>	<u>8.289</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>25.282</u>	<u>8.289</u>	<u>1.364</u>	<u>-</u>	<u>15.629</u>	<u>3.488</u>
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013 E 2012</b>									<u>-</u>	<u>1.116</u>	<u>3.375</u>	<u>(733)</u>	<u>-</u>	<u>1.116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.259</u>	<u>2.490</u>
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>									<u>23.918</u>	<u>9.405</u>	<u>3.375</u>	<u>(724)</u>	<u>25.282</u>	<u>9.405</u>	<u>1.364</u>	<u>-</u>	<u>17.888</u>	<u>5.978</u>

- (1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLB AG New York Branch, Espírito Santo Investment p.l.c, Societé Generale/ Paris.
- (2) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023.
- (3) Os contratos possuem vencimentos intermediários em fevereiro de 2014 e agosto de 2015.
- (4) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

**Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	17.888	5.978

**Análise de sensibilidade**

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

**Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira**

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(1)</sup>	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Dívida em USD - BID	Fevereiro de 2023	633.890	Aumento da cotação do USD	-	(158.472)	(316.945)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2015	(53.999)	Diminuição da cotação do USD	-	13.500	27.000
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2015	(53.902)	Diminuição da cotação do USD	-	13.476	26.951
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2014	(55.332)	Diminuição da cotação do USD	-	13.833	27.666
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2014	(53.391)	Diminuição da cotação do USD	-	13.348	26.695
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(104.315)	(208.633)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013.

**Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(4)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses <sup>(3)</sup>	Fevereiro de 2023	633.890	(16.822)	(17.381)	(17.940)
Efeito líquido				(16.822)	(17.381)	(17.940)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	47.721	(3.686)	(4.597)	(5.504)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2015	54.590	(4.539)	(5.665)	(6.787)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2014	45.156	(408)	(504)	(599)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2014	49.710	(2.052)	(2.549)	(3.040)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(10.685)	(13.315)	(15.930)
As taxas de juros consideradas foram: <sup>(1)</sup>						
	CDI <sup>(2)</sup>			9,77%	12,21%	14,66%
	LIBOR 6 meses <sup>(3)</sup>			0,3480%	0,4350%	0,5220%

(2) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (02) a (04) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(3) Refere-se a taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP.

(4) Refere-se a taxa Libor de 6 meses, divulgados pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2013.

(5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

## 22. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo:

- Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$17.400, para danos morais e materiais;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais - R\$500.000;
- Responsabilidade Cível - R\$50.000;
- Riscos de Engenharia - R\$20.000;
- Perda de receita - R\$335.534.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$61.178, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como principal beneficiário o Poder Concedente.

**23. Compromissos vinculados a contratos de concessão**

A Companhia assumiu os compromissos de investimentos de acordo com seu contrato de concessão a serem cumpridos até o final do prazo da concessão, no montante de R\$719.282 em 31 de dezembro de 2013 (R\$644.914 em 31 de dezembro de 2012).

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura e, conseqüentemente, geração de receitas adicionais.

**24. Plano de previdência privada (contribuição definida)**

Os montantes reconhecidos como despesas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida), foram R\$834 e R\$887, respectivamente.

**25. Demonstração dos fluxos de caixa**

No exercício de 2013, houve a compensação de R\$1.963 na rubrica “Aquisição de ativo intangível” contida no fluxo de caixa das atividades de investimentos contra a rubrica “Fornecedores” contida no fluxo de caixa das atividades operacionais.

---

**Composição do Conselho de Administração**

Ítalo Roppa	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Irineu Berardi Meireles	Conselheiro
Paulo José Dinis Ruas	Conselheiro
Kazuhisa Ota	Conselheiro

**Composição da Diretoria**

Luis Augusto Valença de Oliveira	Diretor Presidente
Maurício Dimitrov	Diretor
Régio Marcelo Nóbrega Fernandes	Diretor

**Contador**

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452/O-3